

O desenvolvimento da produção capitalista: Aspectos relacionados ao fetichismo.

Adriano Nascimento Ribeiro¹

Produção capitalista, sua evolução e o conceito de valor

Em cada fase do desenvolvimento da humanidade, o trabalho, sempre presente, desempenha papel fundamental destacando-se como uma das condições naturais no rol das necessidades humanas. Contudo, os diferentes modos de produção, uso da força de trabalho humana, resultam em diferentes formas de exploração, dentre elas a *capitalista*.

A produção capitalista desenvolveu-se, sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX, à medida que racionalizava, pelo uso da ciência, a produção para atender a necessidade do lucro, pois a acumulação de capital – o lucro – oriunda da exploração da mais-valia, ou seja, tempo de trabalho não pago ao assalariado que poderá ser classificado enquanto mais-valia absoluta, quando mantém o tempo de trabalho necessário e aumenta-se o tempo de trabalho não pago, ou mais-valia relativa, quando o tempo de trabalho necessário é diminuído ao passo em que o tempo de trabalho não pago eleva-se², isso é o que mantém tal sistema produtivo. Entretanto o próprio capitalismo possui fases em que paradigmas econômicos sucedem uns aos outros.

(...) um primeiro paradigma no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominaram a economia; um segundo no qual a indústria e a fabricação de bens duráveis ocuparam posição privilegiada; e um terceiro – e atual – paradigma, no qual a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica. (Hardt e Negri, 2001, p. 301).

Não obstante, Marx, em seu livro, *O Capital*, apresenta uma evolução das forças produtivas, ou seja, da capacidade de produção, resultando concomitantemente no aumento da exploração de mais-valia, diminui-se o tempo de trabalho e em contrapartida eleva-se a intensificação do ritmo de trabalho por meio da evolução da ciência e da técnica ou simplesmente por uma maior divisão – racionalizada – do tempo de trabalho e das tarefas que cada trabalhador deverá executar.

A análise de Marx verifica, num primeiro momento, uma subordinação formal do trabalho ao Capital em que o processo de produção ainda depende do trabalhador, aquilo que Marx classificou como Cooperação e Manufatura, fases em que ainda há um determinado controle da produção, pois o modo de produção capitalista, a princípio se apropria dos diversos meios de produção e aplica-os em seu uso, em outras palavras, para acumulação de capital. Em seguida com o advento da grande indústria ou da maquinaria³, a subordinação do trabalho ao capital passa a ser real, o capital passa a comandar diretamente a produção e esta, por sua vez, passa a atender as determinações do capital, ou seja, o capital torna-se sujeito, autômato e infinito, logo todas as relações sociais passam ao comando do capital.

Esta *breve* filosofia da história apresenta, a partir da cooperação passando pela manufatura e por fim à grande indústria, o desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital.

¹ Graduando do curso de Filosofia da UNIFESP – campus Guarulhos-SP.

² Em *O Capital*, Livro Primeiro nos capítulos, V, VII, IX, X do volume 1 e, adiante, já no volume dois nos capítulos, XIV, XV, XVI e XXII, Marx, analisa em pormenores a questão da mais-valia.

³ Eleutério Prado em seu livro, *Desmedia do Valor*, argumenta que segundo Marx está fase é exclusiva do desenvolvimento capitalista: “É na grande indústria, quando o processo de trabalho transforma-se em processo de produção de massa governado de modo autocrático pelo sistema de máquinas – e regido por um princípio objetivo –, que o trabalho pode tornar-se meramente repetitivo e o tempo de trabalho pode-se transformar num fator homogêneo e regular na produção de mercadorias. Esta é uma das razões pelas quais Marx chama a grande indústria de modo de produção especificamente capitalista.” (Prado, 2005, p. 85, 86).

Aquilo que a princípio apresentava uma dependência em relação aos indivíduos adiante com o aumento da capacidade produtiva da força de trabalho, independente do trabalhador, aprofundou a alienação ao passo em que a exploração de mais-valia aumentava.

(...) Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia. (Marx, 2006, p.427).

Todavia, Negri anuncia em seu livro – *O Império* – a nova fase do desenvolvimento capitalista, chamada por ele de *Informatização ou pós-modernismo*⁴, e coloca em questão aquilo que se caracteriza como pressuposto da produção capitalista: o tempo de trabalho, ou o *valor*. Para Marx, no capitalismo, valor é: valor de uso e valor de troca. Contudo, para que o valor se realize é necessário negar o valor de uso, ora, valor de uso é trabalho concreto, portanto, aquilo que diferencia as mercadorias, o seu aspecto quantitativo. E valor, por outro lado, é trabalho abstrato, tempo de trabalho socialmente necessário, possuindo uma objetividade social, logo, arbitrária uma vez que não é matemática.

É a partir do trabalho abstrato que as mercadorias poderão ser trocadas, uma vez que, este também se classifica enquanto a substância do valor, tornando as mercadorias mensuráveis e possíveis de troca, pois as tornam iguais na medida em que são tempo de trabalho socialmente necessário.

A novidade da teoria de Negri e suas conseqüências no proletariado

A novidade anunciada por Negri revela que a produção da riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho, logo, os trabalhadores, adquirem maior importância de poder sobre a produção durante esse tempo. Poder que, por sua vez, depende do estado geral da ciência na medida em que há uma desproporção qualitativa entre o trabalho e a produção capitalista.

Ora, o intelecto geral, saber que não se reproduz, portanto não codificado, diferente do conhecimento formal ou científico⁵, torna-se o pilar da produção e o trabalho, tal como antes verificado, aparece como excluído da produção ou apenas como seu supervisor. Ainda segundo Negri este é o fim da “era moderna, indicado pelas alterações quantitativas na produção e que são verificáveis também na busca por empregos”.

Os empregos são em sua maioria altamente movediços, e envolvem flexibilidade de aptidões. Mais importante, são caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por conhecimento, informação, afeto e comunicação. Nesse sentido, muitos consideram a economia pós-moderna uma economia de informação. (Hardt e Negri, 2001, p. 306).

Neste contexto não há o fim da indústria, observa-se um aumento da sua produtividade ao passo em que “os serviços” passam a comandá-la, ou seja, a indústria é tratada enquanto serviço, nas palavras de Negri ela é *informationalizada*. O livro de Negri, ainda destaca dois modelos que caminham rumo a informatização da economia: o primeiro prioriza os serviços, as empresas preocupam-se apenas em administrarem o capital diminuindo os postos de trabalho na indústria abruptamente; já o segundo, aplica os serviços diretamente na indústria reduzindo os empregos formais de maneira gradativa. Observa-se a coexistência das formas de produção sob “direção” da informatização.

⁴ Rui Fausto dará outra denominação para o termo, chamará esta nova fase do capitalismo de pós-grande indústria. Eleutério Prado, autor já citado nesta dissertação também usará o termo pós-grande indústria.

⁵ Marx nos Grundrisse, fragmentos de textos escritos dez anos – aproximadamente – antes d’ *O Capital*, utiliza o termo intelecto geral para identificar o aspecto qualitativo sob uma perspectiva futura do trabalho. Todavia, autores dos séculos XX, vivenciando aquilo que Marx “previa” nos Grundrisse, aplicam outra denominação ao termo intelecto geral, chamando-o de: capital humano, conhecimento social, capital cognitivo, dentre outros. Através destes “sinônimos” argumentam acerca do capitalismo contemporâneo.

(...) A competição por posições de nível médio na hierarquia global é conduzida não pela industrialização, mas pela informatização da produção. Países grandes, com economias diversificadas, como Índia e Brasil, podem sustentar simultaneamente todos os níveis de processos produtivos: produção de serviços baseada na informação, moderna produção industrial de bens, e produção tradicional de artesanato, agricultura e mineração.(Hardt e Negri, 2001, p. 309).

A nova divisão do trabalho a partir da pós-grande indústria

Essas transformações indicam uma nova divisão do trabalho a partir do conceito de trabalho imaterial⁶. Para Negri o trabalho imaterial tratará sobre a tendência à homogeneização do trabalho através do computador como “ferramenta central” e a tendência ao trabalho em “tornar-se” trabalho abstrato. E também no que diz respeito à produção de “afeto” ele diz:

O que o trabalho afetivo produz são redes, formas comunitárias, biopoder. Aqui pode-se reconhecer mais uma vez que a ação instrumental da produção econômica foi unida à ação comunicativa das relações humanas; neste caso, entretanto, a comunicação não ficou empobrecida, mas a produção foi enriquecida até o nível de complexidade da interação humana. (Hardt e Negri, 2001, p. 314).

Estas novas perspectivas produzem aquilo que para Negri será fundamental para a compreensão do próprio *pós-modernismo*, trata-se da produção de biopoder: “*O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida. (...) Biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, absorvendo-a e a rearticulando*”.(Hardt e Negri, 2001, p. 43)⁷.

Além de distinguir três tipos de trabalho imaterial: o primeiro ligado à fábrica, o segundo ao cotidiano e o terceiro à produção de “afeto”, os tipos de trabalho imaterial pressupõem, segundo Negri, a cooperação enquanto inerente ao processo produtivo, colocando em xeque as interpretações “clássicas” a respeito da divisão do trabalho. Tal pressuposição desdobra-se naquilo que o autor denomina de: “comunismo espontâneo e elementar”. Outra característica é a descentralização do trabalho, dispensando em muitos casos os pressupostos da produção industrial. Toda linha de montagem tradicional é trocada pela “rede” e a massa trabalhadora, ou operária, por sua vez, é envolvida no processo à medida que seus antigos postos de trabalho são eliminados.

(...) Populações operárias inteiras, que tinham desfrutado de certa dose de estabilidade e de poder contratual, se viram, por isso, em situações de emprego cada vez mais precárias. Uma vez enfraquecida a posição regateadora do trabalho, a produção em rede pode acomodar diversas formas antigas de trabalho não-garantido, como o trabalho free-lance, o trabalho em casa, o trabalho em tempo parcial e o trabalho pago por tarefa.(Hardt e Negri, 2001, p. 318).

Entretanto, outros autores entendem que Negri, em seu livro, apresenta conceitos a partir de interpretações fetichistas, ou seja, faz conclusões precipitadas na medida em que ele nega o conteúdo dos fenômenos em questão, além de considerar, na sua análise, apenas as formas em que estes se apresentam. Eleutério Prado, por sua vez, argumentará no livro, *Desmedida do Valor*, dentre outros desdobramentos da atual produção capitalista, acerca da distinção entre o trabalhador e sua força de trabalho ao mesmo tempo em que fará a crítica da pós-grande indústria que, por ora, esta dissertação pretenderá estender ao conceito de pós-modernismo elaborado por Hardt e Negri no *Império*.

⁶ Gorz, no livro: **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital** / André Gorz / Anna Blume / São Paulo 2005; abordará a questão do trabalho imaterial como o novo paradigma do desenvolvimento da produção capitalista. Eleutério Prado, por sua vez, no já citado, *Desmedida do Valor*, fará a crítica ao livro Gorz, concluindo que: “Ainda que por um caminho que se afasta do legado de Marx, certas conclusões de Gorz mostram-se bem corretas.” (Prado, 2005, p.94).

⁷ *Império* / Michael Hardt e Antonio Negri / Editora Record / Rio de Janeiro - São Paulo 2002, seção 1.2, abordará a questão do Bioder em detalhes, fazendo menção a obra de Michel Foucault, donde o termo é retirado.

Sabe-se que Marx faz uma distinção entre o trabalhador e sua força de trabalho; o primeiro é o proprietário privado da capacidade de trabalho e esta última existe como potência inerente à corporeidade e à subjetividade do trabalhador. No modo de produção capitalista, o trabalhador vende o valor de uso de sua força de trabalho para o capitalista e este o emprega, como trabalho, na produção de mercadorias. Nesse caso, a força de trabalho enquanto virtualidade é trocada com o capital variável pertencente ao capitalista e, nessa condição, torna-se propriedade dele. (Prado, 2005, p. 78).

O novo paradigma de trabalhador, no capitalismo pós-grande indústria, adquire características que parecem negar a relação entre este e o capitalista, colocando-os enquanto possuidores de capital, ou seja: “(...) quando o fetiche do sistema de máquinas como capital é gradativamente substituído pelo fetiche do trabalhador produtor de valores de uso ditos imateriais como capital.” (Prado, 2005, p. 79).

A partir daí a produção de riqueza e o acúmulo de lucro passa a ser resultado, aparentemente, do desenvolvimento do indivíduo enquanto capital humano. Contudo, dessa maneira, o capital continua a desenvolver o seu caráter fetichista, resultado da produção de mercadorias, enquanto intensifica a exploração sobre a força de trabalho.

Na relação entre as classes sociais, sobretudo entre capitalistas e trabalhadores assalariados, sob a perspectiva do modo de produção pós-grande indústria, tais alterações insinuam que capitalistas e trabalhadores se equivalem, ou seja, os antagonismos que outrora existiam entre ambos são eliminados. Ora tais argumentos movem Negri a considerar esta nova fase do capitalismo enquanto o advento de um “comunismo espontâneo”, já mencionado no texto.

Sendo assim, as conseqüências do novo paradigma que originaram a expressão capital humano revelaram-se benéficas para o capitalista, uma vez que os interesses dos próprios trabalhadores transformaram-se nos interesses daquele.

É claro que a empresa capitalista típica, então, poderá ser encarada como um empreendimento coletivo no qual cooperam tipos diferentes de capitalistas: os trabalhadores, que são proprietários de capital humano, e os capitalistas, que são proprietários dos capitais materiais (ferramentas, máquinas, equipamentos, instalações, etc.) e dos capitais imateriais da empresa (fórmulas de produtos, tecnologias de processos, etc.). (Prado, 2005, p.81).

Entretanto, ainda é através do trabalho que o capitalismo continua a produzir suas riquezas. O avanço da ciência e da técnica apenas auxilia a força de trabalho que agora passa a desempenhar um papel diferenciado – descrito anteriormente – daquele efetuado na grande indústria, pois agora o capital tende a considerá-la em sua totalidade, ou seja, além dos limites da fábrica⁸.

O trabalhador pós-grande indústria, embora, continue a ser explorado pelo capital, já não se limita ao caráter de simples apêndice da máquina, suas aptidões adquiridas nas experiências cotidianas, mesmo limitadas, são fundamentais para a realização do lucro do capitalista.

Ainda no livro de Eleutério Prado, destaca-se o que Marx já havia mencionado nos *Grundrisse* de 1857-58, acerca dos desdobramentos do capitalismo, agora chamados de pós-grande indústria:

(...) A riqueza efetiva manifesta-se mais – e isto a grande indústria revela – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a pura abstração, e o vigor de processo produtivo que ele vigia. (...) Nessa transformação, o que aparece como pilares fundamentais da produção e da riqueza não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo em que este trabalha, mas sim a sua força produtiva geral, sua compreensão da

⁸ Hardt e Negri em sua obra abordam a expressão, “além do limites da fábrica”, tratando-a enquanto resultado da sociedade do controle: “(...) esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes”. (Hardt e Negri, 2001, p.43).

natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. (Marx, 1973, p.704, 705)⁹.

Ademais, o aspecto quantitativo da produção é negado e a produtividade torna-se mensurável pelo seu aspecto qualitativo, ou seja, na pós-grande indústria a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produção de mercadorias alcançou índices muito baixos – é possível produzir muitas mercadorias num período reduzido de tempo – tornando o tempo de produção irrelevante.

Enfim, evidencia-se uma das principais contradições do modo capitalista de produção, em outras palavras, a lei do valor¹⁰ é comprometida, logo, as alterações do capitalismo contemporâneo indicam para uma mudança não apenas nos indivíduos, mas também na própria produção de riquezas e concomitantemente na acumulação de capital, por meio de novas “técnicas” que ainda continuam a extrair mais-valia dos operários.

Sendo assim, Prado aponta para algo similar ao que Negri também percebeu quando em sua crítica ao pós-modernismo cita as divisões do trabalho imaterial e sua respectiva hierarquia, chamando a atenção para o aspecto administrativo do capital, o qual o trabalhador pós-grande indústria é conduzido a desenvolvê-lo:

(...) mudaram também as características de complexidade dos sistemas de produção, que passaram a exigir um grau crescente de coordenação administrativa. A hierarquia rígida e de comando centralizado, assim como o trabalho repetitivo, maçante e desqualificado, tornaram-se, então, incongruentes com essa complexidade. (...) O próprio tempo de trabalho perdeu relevância em relação ao tempo fora do trabalho porque é aí que o trabalhador ganha as determinações qualitativas que se tornam cruciais para o aumento da produtividade. (Prado, 2005, p.85).

Essas alterações não eliminam o caráter fetichista da mercadoria – ora, no capitalismo, o fetichismo é inerente à produção de mercadorias, uma vez que, segundo os argumentos de Marx, nesse sistema de produção a forma nega o seu conteúdo, portanto, parte-se do pressuposto de que as mercadorias a princípio negam todo o trabalho humano de que resulta, à medida que “apresenta” suas características enquanto resultado natural da sua existência enquanto tal, ou seja, enquanto mercadoria – ao contrário assume-o em definitivo, uma vez que as necessidades dos indivíduos passam ao comando de artificialidades, ou seja, segundo Prado:

(...) a produção capitalista em estágio avançado repõe o fetiche da mercadoria, fazendo com que o caráter social do trabalho deixe de se apresentar como naturalidade de coisas para passar a figurar como artificialidade de um mundo de criações ‘intelectuais’ e ‘artísticas’ da própria indústria cultural. (Prado, 2005, p.93).

A necessidade histórica: o fim da divisão do trabalho!

A partir de uma perspectiva materialista pretende-se apontar os desdobramentos de uma nova fase do capitalismo, seus aspectos produtivos e sociais, suas contradições, suas afirmações, enfim, pretende-se definir o atual estágio da relação capital *versus* trabalho e quiçá por em prática métodos que de fato resultem na superação desta fase de produção; e tornar possível o advento de outra na qual “(...) a produção de riqueza possa estar baseada na cooperação voluntária e espontânea de trabalhadores livremente associados”. (Prado, 2005, p. 94).

Ou, por outro lado, assim como Negri o fez, afirmar que o desenvolvimento capitalista ao atingir o *status* em que se encontra, possibilitando, em certa medida, o desenvolvimento do homem enquanto “indivíduo social”, e, portanto, revelando a possibilidade de um “comunismo espontâneo” no qual a produção imaterial, sobretudo de “afeto”, enriquece a produção capitalista, e mesmo que

⁹ Citação retirada do livro, Desmedida do Valor: Crítica da pós-grande indústria / Eleutério Prado / Xamã / São Paulo 2005 p. 83.

¹⁰ A criação e acumulação de “valor” e “mais valor” e as técnicas arbitrárias para medi-lo, “justificam” a exploração no sistema produtivo de tipo capitalista. (Ver O Capital, Livro primeiro, volumes 1 e 2).

“As novas tecnologias de comunicação, que oferecem a promessa de uma nova democracia e de uma nova igualdade social, de fato criaram novas linhas de desigualdade e exclusão, dentro dos países dominantes, e especialmente fora deles” (Hardt e Negri, 2001, p. 321), ainda assim, concluir que não há outra maneira para que os indivíduos possam se desenvolver se não esta que ainda se baseia na produção coletiva e apropriação privada de mercadorias!

Talvez, alguns intelectuais – como Negri, ou seja, homens do seu tempo – ao tentarem compreender aquilo que chamam de realidade, se limitem a uma realidade muito particular, e mesmo não negando o passado-objetivo que tiveram, sobretudo buscam uma “nova” teoria que lhes dê a “esperança” de serem “sujeitos” de um futuro ou até mesmo do presente e com muito mérito - literário - criarem obras que mesclam interpretações diversas, como as interpretações de Marx, Foucault, Deleuze e Guatari¹¹, dentre outros, para deduzirem que: é verdade, existem opressores e oprimidos e, sobretudo, existe a resistência dos oprimidos mesmo com o desenvolvimento das “capacidades” de opressão. Até agora nada de novo. Mas, o problema todo se dá quando se questionam: Como organizar os indivíduos para que convivam *democraticamente*?

Todavia, o *Império*, além do caráter fetichista no qual seus desdobramentos se apóiam, tem o mérito de colocar em questão a nova fase do desenvolvimento da produção capitalista ao passo em que Prado, no seu livro, discorrendo sobre o texto de Gorz, aborda de maneira coerente a pós-grande indústria e suas respectivas conseqüências para o homem contemporâneo, ou se preferirem, pós-moderno.

Por fim, o caráter relevante o qual esta dissertação se propõe¹² a evidenciar pode resumir-se à seguinte frase de Eleutério Prado: “*O que se torna, então, uma necessidade histórica é a abolição da relação de capital e do trabalho assalariado, ou seja, o advento de um novo modo de produção no qual possa ocorrer o pleno desenvolvimento das capacidades científicas e artísticas de todos os homens*”. (Prado, 2005, p. 94). Em outras palavras, se a principal contradição da nossa sociedade continua a ser a produção coletiva e a apropriação privada das mercadorias, podemos concluir que ainda cabe a classe operária o papel central na superação deste modo de produção e *ao emancipar-se, a classe operária, emancipará toda a humanidade!*

¹¹ Todos autores citados no *Império*. Ainda neste livro ocorrem outras citações: aos intelectuais da escola de Frankfurt e de um “grupo de intelectuais” italianos, que no *Império* não se revela o nome, porém sabe-se que a referencia é aos autonomistas, aliás, grupo do qual o próprio Negri fez parte.

¹² Apesar da considerável limitação teórica.

Referências Bibliográficas

Hardt, M. e A. Negri, Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Fausto, R., Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética. Tomo II: São Paulo: Brasiliense, 1987; tomo III: São Paulo: Editora 34, 2002.

Marx, K., O capital: crítica da economia política: Livro I – 24ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Prado, E., Desmedida do valor: Crítica da pós-grande indústria – São Paulo: Xamã, 2005.